



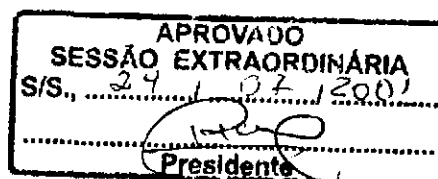
Câmara Municipal de Votorantim

ENTRADA 19 / 07 / 2001 PROJETO DE LEI Nº 031/01

ARQUIVO 25 / 07 / 01

AUTORIA Sr. Prefeito Municipal - Jair Cassola

ASSUNTO: Institui o Bônus Educação, nos termos que dispõe
e dá outras providências.





Prefeitura Municipal de Votorantim/SP

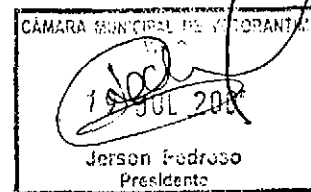
“Capital do Cimento”

Av. 31 de março, n.º 327, centro, CEP 18110-900
Fone/Fax 015xx243-1121(ramal 236), e-mail: pmvinfo@mail3.splicenet.com.br

Of. 810/2001 - CM

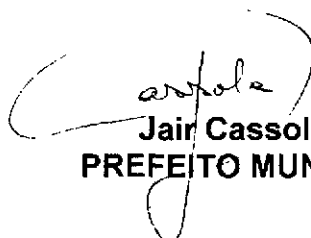
Votorantim, 19 de julho de 2001.

Excelentíssimo Senhor:



Através do presente e por entendermos necessária a apreciação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 014/01, que institui o Bônus Educação, nos termos que dispõe e dá outras providências, encaminhado a essa Egrégia Casa de Leis, através do ofício nº 809/01-CM, vimos, com suporte no Artigo 41, inciso I, da Lei Orgânica do Município, solicitar a Vossa Excelência as providências que se fizerem necessárias no sentido de ser a Câmara Municipal convocada em caráter extraordinário, para exame e deliberação desse projeto.

Respeitosamente.


Jair Cassola
PREFEITO MUNICIPAL

Ao
Excelentíssimo Senhor
Jerson Pedrosa
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Votorantim-SP



Prefeitura Municipal de Votorantim/SP

“Capital do Cimento”

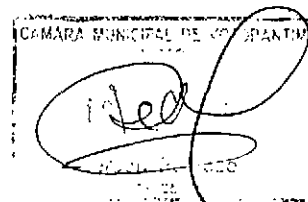
Av. 31 de março, n.º 327, centro, CEP 18110-900

Fone Fax 015xx243-1121(ramal 236), e-mail: pmvinfo@mail3.splicenet.com.br

Of. 809/2001 - CM

Votorantim, 18 de julho de 2001.

Excelentíssimo Senhor:



Encaminhamos, por meio deste, a essa Egrégia Casa de Leis, para apreciação de V. Exa. e Dignos Pares, o incluso projeto de lei sob n.º 014/01, que Institui o Bônus Educação, nos termos que dispõe e dá outras providências.

O Projeto em questão visa a autorização legislativa, respeitada a reserva legal da União, autorizar e regular o pagamento do Bônus Educação, denominação dada a uma bonificação pecuniária aos profissionais do magistério municipal e/ou municipalizado do Ensino Fundamental de 1ª à 4ª séries.

A distribuição dessa bonificação pecuniária, decorre da existência de resíduos financeiros do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, por força do que dispõem o artigo 60, § 5.º, dos ADCT, com redação dada pela EC14/96 e Lei Federal 9.424/96, a exemplo de outros tantos Município e Estados da Federação.

A distribuição desses resíduos é obrigatória, e o Projeto de Lei ora apresentado, apenas a viabilizará nos moldes que propõe.

Note-se que o projeto se refere exclusivamente ao resíduo do exercício de 2000, que corresponde a R\$ 299.657,70 (duzentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos) e será rateado com base nos critérios de proporcionalidade nele estabelecidos.

Assim, solicitamos seja o presente projeto recebido e processado regularmente, nos termos do artigo 55, de nossa Lei Orgânica, para, ao final, receber a aprovação dessa Egrégia Casa de Leis.

Respeitosamente,


Jair Cassola
PREFEITO MUNICIPAL

AO
Excelentíssimo Senhor
Jerson Pedroso
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Votorantim-SP



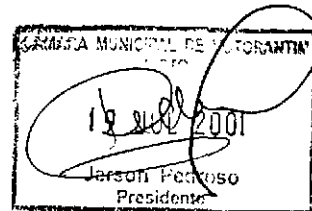
Prefeitura Municipal de Votorantim/SP

“Capital do Cimento”

Av. 31 de março, n.º 327, centro, C.E.P 18110-900
Fone/Fax 015xx243-1121(ramal 236), e-mail: pmvmtf@mail3.splicenet.com.br

Projeto n.º 014/01

PROJETO DE LEI



Institui o Bônus Educação, nos termos que dispõe e dá outras providências.

JAIR CASSOLA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E ELE, SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica instituído, no município de Votorantim, o Bônus Educação, bonificação pecuniária de caráter excepcional devida aos servidores públicos Municipais e/ou Estaduais à disposição do Município, em razão da municipalização do ensino, com atuação no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, nos termos desta Lei.

Artigo 2º - Farão jus ao Bônus Educação, os servidores de que trata o artigo anterior, que no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 2000, por no mínimo 30 (trinta) dias, tenham exercido, a serviço do município, cargos ou funções municipais de:

- I - Diretor de Departamento de Ensino Fundamental;
- II - Diretor de Escola de Educação Básica II;
- III - Diretor de Escola de Educação Básica I, em exercício na direção de escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental- EMEIEF;
- IV - Supervisor Pedagógico;
- V - Assistente Técnico Pedagógico;
- VI - Professor Coordenador;
- VII - Professor de Educação Básica II;
- VIII - Professor de Educação Básica I, excepcionalmente no exercício do magistério no ensino fundamental.

§ 1º- Não farão jus ao Bônus Educação, os servidores que exerceram função estritamente em caráter eventual, nos termos da Lei Municipal n.º 1389 de 26 de abril de 1999.



Prefeitura Municipal de Votorantim/SP

“Capital do Cimento”

Av. 31 de março, n.º 327, centro, CEP 18140-900
Fone/Fax 015xx243-1121(ramal 236), e-mail: pmvinfo@mail3.splicenet.com.br

§ 2º- Os cargos a que se referem este artigo, são os constantes do quadro de pessoal da Prefeitura e as funções, as análogas a esses cargos.

Artigo 3.º - O Bônus Educação será custeado pelo resíduo financeiro do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no exercício de 2000, mediante seu rateio proporcional e terá valor fixado para cada servidor, que a ele fizer jus, atendendo aos seguintes critérios:

- I - Para os servidores que não se enquadram na hipótese do inciso II deste artigo, que exerceram, a serviço do Município, cargo ou função correspondentes aos incisos do artigo 2.º desta Lei, o valor do Bônus será fixado proporcionalmente ao número de dias trabalhados no exercício de cada cargo ou função, até o limite de 330 (trezentos e trinta) dias e ao respectivo valor do vencimento em sentido estrito, em vigor no mês de dezembro de 2000, excluídas quaisquer vantagens;
- II - Para os professores do Estado que já receberam Bônus Gestão ou Bônus Mérito estaduais e dentro do exercício de 2000, encontravam-se afastados junto ao programa da Ação de Parceria entre o Estado de São Paulo e este Município e exerceram, nessa qualidade, durante o período estipulado no artigo 2.º, funções de magistério, ou de suporte pedagógico por designação do Município, o Bônus Educação corresponderá a valores fixos, de acordo com o cargo ou função exercida no período, em equivalência aos cargos municipais conforme segue:
 - a) Professor de Educação Básica II: R\$ 600,00 (seiscentos reais);
 - b) Professor Coordenador: R\$ 700,00 (setecentos reais);
 - c) Assistente Técnico Pedagógico: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);
 - d) Diretor de Escola de Educação Básica II: R\$ 800,00 (oitocentos reais);
 - e) Supervisor Pedagógico: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

§ 1º- O vencimento em sentido estrito a que se refere o inciso I, em relação aos exercentes de cargo efetivo ou função a eles análogas, será sempre o correspondente ao grau “a”.



Prefeitura Municipal de Votorantim/SP

“Capital do Cimento”

Av. 31 de março, n.º 327, centro, CEP 18110-900

Fone/Fax 015xx243-1121(ramal 236), e-mail: pmvinfo@mail3.splicenet.com.br

§ 2º- Para a fixação do valor do Bônus dos servidores de que trata o inciso I, que, durante o período estabelecido no artigo 2.º, exerceram mais de um cargo ou função dentre os elencados nos incisos do mesmo artigo, observar-se-á, individualmente para cada cargo ou função exercida, os critérios estabelecidos no inciso I, sendo que o valor do Bônus corresponderá a somatória dos valores obtidos em cada um deles.

§ 3º- Excluída a hipótese do parágrafo anterior, é vedado o pagamento acumulado do Bônus Educação, sendo devido ao servidor que se enquadrar em mais de uma situação de contemplação, recebê-lo pela que lhe for mais vantajosa.

Artigo 4.º - Os Bônus Educação serão pagos em uma única parcela, após a publicação da lista contendo os nomes dos contemplados e não se incorporará, sob qualquer hipótese, aos vencimentos dos servidores por ele agraciados.

Artigo 5.º - As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de verbas próprias consignadas em orçamento.

Artigo 6.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Votorantim, 18 de julho de 2001.

ACORDO DEPARTAMENTO DO CEMENTO

Jair Cassola
PREFEITO MUNICIPAL

A
CONSULTORIA JURÍDICA E COMISSÕES
S/S., 19 de 01
Presidente

A
COMISSÃO DE JUSTIÇA
RECEBIDO EM
DEVOLVIDO EM
Presidente

A
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS
RECEBIDO EM
DEVOLVIDO EM
Presidente

A
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
RECEBIDO EM
DEVOLVIDO EM
Presidente

A
COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
RECEBIDO EM
DEVOLVIDO EM
Presidente

EM DISCUSSÃO
S/S., 24 de 01
Presidente

APROVADO
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
S/S., 24 de 01
Presidente

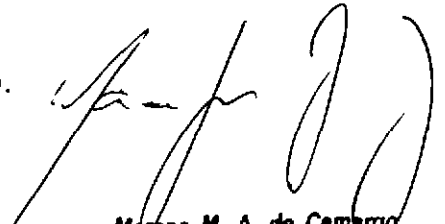


Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA CÂMARA EM 19/07/2.001

Ao Sr. Presidente para o devido encaminhamento.




Marcos M. A. de Camargo
Secretário Geral

GABINETE DA PRESIDÊNCIA EM 19/07/2.001

Encaminhe-se ao Procurador Jurídico, para emissão de Parecer e após encaminhar às respectivas Comissões.

- ☒ Comissão de Justiça
- ☒ Comissão de Finanças e Orçamento
- ☐ Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente
- ☐ Comissão de Política Social
- ☐ Comissão de Economia
- ☒ Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Turismo
- ☒ Comissão de Administração Pública
- ☐ Comissão de defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania
- ☐ Comissão de redação
- ☐ Mesa Diretora



Jerson Pedrosa
Presidente



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

Parecer nº 027/2001

Projeto de Lei nº 31/01, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, que institui o Bônus Educação.

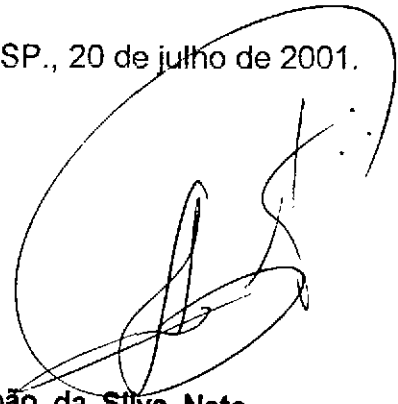
Parecer:

O projeto de lei analisado cria um bônus a ser pago aos servidores públicos com atuação no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, relacionados no art. 2º, atendendo ao disposto no art. 60, § 5º, dos ADCT, com redação dada pela EC 14/96 e Lei Federal 9.424/96.

Foram observados os aspectos técnicos, constitucionais e legais, devendo o projeto ser encaminhado para as comissões de mérito, para receber os pareceres e ter seguimento o processo legislativo.

É o parecer.

Votorantim, SP., 20 de julho de 2001.



João da Silva Neto
Chefe de Serviços Jurídicos
OAB/SP 102952-B



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA ao

PROJETO DE LEI Nº 31/01

O Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei que institui o Bônus Educação, nos termos que dispõe e dá outras providências.

Analisando as disposições constitucionais e regimentais, nada se encontrou que pudesse contrariar a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário, no que diz respeito aos aspectos acima mencionados.

Este é o nosso Parecer, s.m.j.

Votorantim, 23 de julho de 2.001.

ADILSON NOULENES MÓRA
Relator

A Comissão de **JUSTIÇA**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.

MEMBROS

JOÃO SOARES DE QUEIROZ

ORLANDO HERRERA DIAS

LUIZ GONZAGA LOPES

JOÃO CAU



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO ao

PROJETO DE LEI Nº 31/01

O Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei que institui o Bônus Educação, nos termos que dispõe e dá outras providências.

De acordo com as normas regimentais e orçamentárias em vigor, nada se encontrou que pudesse contrariar a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário, no que diz respeito aos aspectos orçamentários e financeiros.

Este é o nosso Parecer.

Votorantim, 23 de julho de 2.001.


PRIMO ALVINO VIEIRA
Relator

A Comissão de **FINANÇAS E ORÇAMENTO**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.

MEMBROS


JOMAR TELES PROCÓPIO


OSVALDO BRASIL


MARCELO DE SOUZA


PAULO SÉRGIO LOPES DE OLIVEIRA



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"
ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO ao


PROJETO DE LEI Nº 31/01

O Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei que institui o Bônus Educação, nos termos que dispõe e dá outras providências.

De acordo com as normas regimentais em vigor, nada se encontrou que pudesse contrariar a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário, no que diz respeito aos aspectos acima mencionados.

Este é o nosso Parecer.

Votorantim, 23 de julho de 2.001.


JAIRO DE SOUZA
Relator

A Comissão de **EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado e constitui parecer favorável à matéria em questão.

MEMBROS


ORLANDO HERRERA DIAS


PRIMO ALVINO VIEIRA


CARLOS CLARO DA ROSA


ANTONIO NEVES DO PRADO



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"
ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ao PROJETO DE LEI Nº 31/01

O Senhor Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais apresenta o Projeto de Lei que institui o Bônus Educação, nos termos que dispõe e dá outras providências.

De acordo com as normas regimentais e orçamentárias em vigor, nada se encontrou que pudesse contrariar a presente propositura, assim sendo, é de se recomendar a sua **APROVAÇÃO** pelo Plenário, no que diz respeito aos aspectos acima mencionados.

Este é o nosso Parecer.

Votorantim, 23 de julho de 2.001.


JOMAR TELES PROCÓPIO
Relator

A Comissão de **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado, e constitui parecer favorável à matéria em questão.


MEMBROS

HEBER DE ALMEIDA MARTINS


OSVALDO BRASIL


JOÃO CAU

LÁZARO ALBERTO DE ALMEIDA



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"
ESTADO DE SÃO PAULO



AUTÓGRAFO Nº 19/01

PROJETO DE LEI Nº 31/01

Institui o Bônus Educação, nos termos que dispõe e dá outras providências.

Lei nºde.....de.....de 2001.

JAIR CASSOLA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E ELE, SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI :

Art. 1º – Fica instituído, no município de Votorantim, o Bônus Educação, bonificação pecuniária de caráter excepcional devida aos servidores públicos Municipais e/ou Estaduais à disposição do Município, em razão da municipalização do ensino, com atuação no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, nos termos desta Lei.

Art. 2º – Farão jus ao Bônus Educação, os servidores de que trata o artigo anterior, que no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2000, por no mínimo 30 (trinta) dias, tenham exercido, a serviço do município, cargos ou funções municipais de:

- I-** Diretor de Departamento de Ensino Fundamental;
- II-** Diretor de Escola de Educação Básica II;
- III-** Diretor de Escola de Educação Básica I, em exercício na direção de Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental – EMEIEF;
- IV-** Supervisor Pedagógico;
- V-** Assistente Técnico Pedagógico;



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”
ESTADO DE SÃO PAULO



- VI- Professor Coordenador;
- VII- Professor de Educação Básica II;
- VIII- Professor de Educação Básica I, excepcionalmente no exercício do magistério no ensino fundamental.

§ 1º – Não farão jus ao Bônus Educação, os servidores que exerceram função estritamente em caráter eventual, nos termos da Lei Municipal nº 1389 de 26 de abril de 1999.

§ 2º – Os cargos que se referem este artigo, são os constantes do quadro de pessoal da Prefeitura e as funções, as análogas a esses cargos.

Art. 3º – O Bônus Educação será custeado pelo resíduo financeiro do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério no exercício de 2000, mediante seu rateio proporcional e terá valor fixado para cada servidor, que a ele fizer jus, atendendo aos seguintes critérios:

- I- Para os servidores que não se enquadram na hipótese do inciso II deste artigo, que exerceram, a serviço do Município, cargo ou função correspondentes aos incisos do artigo 2º desta Lei, o valor do Bônus será fixado proporcionalmente ao número de dias trabalhados no exercício de cada cargo ou função, até o limite de 330 (trezentos e trinta) dias e ao respectivo valor do vencimento em sentido estrito, em vigor no mês de dezembro de 2000, excluídas quaisquer vantagens;
- II- Para os professores do Estado que já receberam Bônus Gestão ou Bônus Mérito estaduais e dentro



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”
ESTADO DE SÃO PAULO



do exercício de 2000, encontravam-se afastados junto ao programa da Ação de Parceria entre o Estado de São Paulo e este Município e exerceram, nessa qualidade, durante o período estipulado no artigo 2º, funções de magistério, ou de suporte pedagógico por designação do Município, o Bônus Educação corresponderá a valores fixos, de acordo com o cargo ou função exercida no período, em equivalência aos cargos municipais, conforme segue:

- a) Professor de Educação Básica II: R\$ 600,00 (seiscentos reais);
- b) Professor Coordenador: R\$ 700,00 (setecentos reais);
- c) Assistente Técnico Pedagógico: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais);
- d) Diretor de Escola de Educação Básica II: R\$ 800,00 (oitocentos reais);
- e) Supervisor Pedagógico: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

§ 1º – O vencimento em sentido estrito a que se refere o inciso I, em relação aos exercentes de cargo efetivo ou função a eles análogas, será sempre o correspondente ao grau “a”.

§ 2º – Para a fixação do valor do Bônus dos servidores de que trata o inciso I, que, durante o período estabelecido no artigo 2º, exerceram mais de um cargo ou função dentre os elencados nos incisos do mesmo artigo, observar-se-á, individualmente para cada cargo ou função exercida, os critérios estabelecidos no inciso I, sendo que o valor do Bônus corresponderá a somatória dos valores obtidos em cada um deles.



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"
ESTADO DE SÃO PAULO



§ 3º – Excluída a hipótese do parágrafo anterior, é vedado o pagamento acumulado do Bônus Educação, sendo devido ao servidor que se enquadrar em mais de uma situação de contemplação, recebê-lo pela que lhe for mais vantajosa.

Art. 4º – Os Bônus Educação serão pagos em uma única parcela, após a publicação da lista contendo os nomes dos contemplados e não se incorporará, sob qualquer hipótese, aos vencimentos dos servidores por eles agraciados.

Art. 5º – As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de verbas próprias consignadas em orçamento.

Art. 6º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Votorantim, 24 de julho de 2.001.


Jerson Pedroso
PRESIDENTE


Heber de Almeida Martins
1º SECRETÁRIO


Jomair de Jesus Procopio
2º SECRETÁRIO